



Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e quinze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 1.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 22 de janeiro de 2020.**
 - 2. Deliberação n.º 39/20 – Proposta n.º 015/2020 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades Municipais e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
 - 3. Deliberação n.º 40/20 – Proposta n.º 016/2020 – DAF – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2020.**
 - 4. Deliberação n.º 41/20 – Proposta n.º 01/2020 – DCIRT/DIPRIC – Celebração de protocolo de cooperação entre o Município de Setúbal e o Município de Cricova / República da Moldova.**
 - 5. Deliberação n.º 42/20 – Proposta n.º 02/2020 – DURB/DIPU/GAP – Abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal.**
 - 6. Deliberação n.º 43/20 – Proposta n.º 03/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de exceder velocidade máxima de 30Km/h na Rua Joaquim Moreira.**
 - 7. Deliberação n.º 44/20 – Proposta n.º 04/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de exceder velocidade máxima de 30Km/h NA Rua Bairro dos Tesos.**
 - 8. Deliberação n.º 45/20 – Proposta n.º 02/2020 – GAF - Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a União das Freguesias de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião - Transferências de verbas.**
 - 9. Deliberação n.º 46/20 – Proposta n.º 03/2020 – GAF - Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia do Sado.**



10. **Deliberação n.º 47/20 – Proposta n.º 04/2020 – GAF - Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e as Freguesias do Concelho.**
 11. **Deliberação n.º 48/20 – Proposta n.º 05/2020 – GAF - Aditamento à proposta 01-A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião.**
 12. **Deliberação n.º 49/20 – Proposta n.º 06/2020 – GAF - Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 - Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a Freguesia de S. Sebastião, a Freguesia do Sado e a União das Freguesias de Setúbal**
 13. **Deliberação n.º 50/20 – Proposta n.º 01/2020 – SMPCB – Atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil.**
 14. **Deliberação n.º 51/20 – Proposta n.º 09/2020 – DOM – CP40/16 – Contrato de Empreitada de “Obras de Prevenção de cheias – Regularização do troço final da Ribeira do Livramento” – Reposição do equilíbrio financeiro por agravamento dos custos na realização da obra. Ratificação do Despacho n.º 14/2020/GAP, de 29 de janeiro.**
 15. **Deliberação n.º 52/20 – Proposta n.º 10/2020 – DCDJ/DISOC – Associação Centro Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – Apoio financeiro.**
 16. **Deliberação n.º 53/20 – Proposta n.º 11/2020 – DCDJ/DISOC – Alteração ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Cristã da Mocidade.**
 17. **Deliberação n.º 54/20 – Proposta n.º 12/2020 – DCDJ/DICUL – AMATEATRO – Mostra de Teatro Amador de Setúbal – 2.ª edição.**
 18. **Deliberação n.º 55/20 – Proposta n.º 13/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação de Acordeonistas de Portugal.**
 19. **Deliberação n.º 56/20 – Proposta n.º 14/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação de Saúde Mental Dr. Fernando Ilharco – Projeto PensarTeatro.**
 20. **Deliberação n.º 57/20 – Proposta n.º 15/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a 50 Cuts – Associação Cinematográfica.**
 21. **Deliberação n.º 58/20 – Proposta n.º 16/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível.**
 22. **Deliberação n.º 59/20 – Proposta n.º 17/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo Festival Internacional de Teatro de Setúbal – Festa do Teatro.**
 23. **Deliberação n.º 60/20 – Proposta n.º 18/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso.**
 24. **Deliberação n.º 61/20 – Proposta n.º 19/2020 – DCDJ/DIBIM – Apoio à Associação Cultural Sebastião da Gama.**
- C) Período destinado à intervenção do Público.**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete e do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente Ata, sob os registos n.º s 1 a) e 2.

4

- b) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vice-Presidente, do mapa relativo aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento anexo arquivado em pasta anexa à presente Ata, sob o registo n.º 3.
- c) Foi dado conhecimento pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, do mapa relativo aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais, sob o registo n.º 4.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, na última reunião de Câmara, o Partido Socialista tinha colocado as suas preocupações relativamente ao uso dos espaços de aquisição pública da Herdade da Comenda. Tomaram conhecimento pela comunicação social que existia uma reunião entre a Sra. Presidente e o representante do proprietário, após a destruição do parque de estacionamento de Albarquel. Tinha sido noticiado também que a Câmara Municipal de Setúbal, tinha chegado a um acordo para a utilização desse parque. Gostariam de saber se esse acordo existia, quais os espaços de utilização pública que poderiam ser utilizados pela população de Setúbal e se ia existir um acordo escrito sobre essa utilização.

Sr. Vereador Manuel Pisco – Disse que estavam a completar os primeiros nove meses de gestação do novo regime de transportes coletivos com a aplicação do passe Navegante. Estavam a sair algumas informações com a contabilização dos dados desses primeiros nove meses de dois mil e dezanove. Quando fosse completado o primeiro ano, no final de março, tinham a intenção de fazer uma análise mais aprofundada dos resultados e das movimentações. Que tinha visto alguns pronunciamentos, nomeadamente do Sr. Vereador Nuno Carvalho, chamando a atenção da Assembleia para alguns aspetos importantes, nomeadamente a questão inter-regional, que o PART não tinha previsto. Considerou ser importante que se fizesse isso, mas começava a ficar um pouco preocupado com a sensação de isolamento. Que se tinha vindo de um período em que tinha havido cortes nas composições, desinvestimento nos transportes, tinha havido limitações às composições da Fertagus com destino a Setúbal, com a redução de carreiras, tudo o que se viveu nessa magreza do período da Troika, medidas do PSD, que como era sabido, nas infraestruturas dos transportes, essas medidas tinham efeito a médio e longo prazo. Referiu que agora se estava a tentar recuperar dessa crise e desse aperto, sem que ninguém do PSD se tivesse queixado na altura. *“Eis senão quando em boa hora aconteceu um PART que deu à luz uma boa esperança à população de voltar a movimentar-se em transportes coletivos de passageiros, em vários módulos de forma económica e muito mais sustentável para os seus rendimentos e isso estava a acontecer, cresceram de facto os números na mudança da mobilidade de transportes”*. Salientou que o Sr. Vereador Nuno Carvalho o tinha surpreendido na segunda-feira na sequência da sua intervenção na Assembleia dizendo que a península de Setúbal era uma autêntica ilha. Disse que agora era a falta de horários, quando o PSD liquidou horários na Fertagus, e que tinha dito que nos concelhos de Setúbal e Palmela tinham entre três a seis vezes menor disponibilidade de serviços, causa direta pelas medidas do PSD na Troika, mas que o Sr. Vereador só se queixava agora. Defendeu, pois, que não existia menos disponibilidade, havia era mais disponibilidade, existia mais procura e mais oferta, mas que o Governo que era dono dos comboios através de uma empresa, universo da Parpública, não tinha resposta para isso. Questionou se não tinha sido o PSD que tinha colocado a propriedade pública dos comboios num particular, ou seja, um privado a explorar o serviço e que por isso ficava espantado com essa dessincronia em relação à realidade. Defendeu então que *“a verdade era que em 2019, nos tais nove meses de abril até dezembro houve um transporte de seiscentos e catorze milhões de passageiros, trezentos e noventa e oito milhões foram transportados com passe de Navegante, mais 18% de passageiros com*

4

transportes coletivos, dos quais 32% de crescimento na ferrovia, mesmo com essas restrições, ainda ontem tinha saído um comunicado da Fertagus a dizer que estava um reforço de mais uma linha, de mais uma composição, em horário de ponta, com uma composição dupla". Disse que só no concelho de Setúbal já tinham revisto no plano estratégico de mobilidade e transportes e que no prazo de dez anos iriam ter uma mudança de modalidade de transporte do individual para o coletivo, de mais seis por cento. Que esta tinha sido a previsão dos técnicos, mas que nos primeiros nove meses já tinham ultrapassado essa meta, ou seja, que já tinha sido efetuada essa mudança em mais de 8%. "O aumento da procura e satisfação de transportes coletivos de passageiros foi de 25,3% nos TST, nos rodoviários e a própria oferta dos rodoviários cresceu 6,1%. Ou seja, tiveram mais disponibilidade, houve mais oferta, houve mais procura, portanto tinham uma transição para o futuro concurso de prestação de serviços que previa um acréscimo de rede, no nosso concelho, de mais de 70% de cobertura das necessidades de transportes coletivos". Questionou por isso como é que era possível andarem com um complexo de isolamento e dizer que a península de Setúbal era uma ilha? *"Era uma ilha, mas bem transportada, era uma ilha, mas com bons acessos, melhor do que estava no tempo do PSD e da Troika. Agora estavam a repor ligações, que o PSD tinha cortado, como é que o representante do PSD se tinha ido lamentar disso"*. Referiu que não valia a pena o Sr. Vereador sentir-se isolado, tendo-o convidado a juntar-se ao movimento e incentivando-o a deslocar-se nesses comboios e nesses autocarros, que utilizasse os transportes coletivos, pois deixaria de ter esse sentimento de isolamento.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Disse que o Sr. Vereador Manuel Pisco se estava a referir a um Artigo de Opinião do Jornal Público. Que iria incluir o Sr. Vereador na sua *newsletter* para quando fizesse outros artigos lhos poder enviar e dessa forma, poderem comentar e conversar. Presumia que também se estivesse a referir às suas intervenções que tinham sido realizadas no âmbito do Orçamento de Estado. Defendeu que isso é que teria cabimento numa Reunião de Câmara e que, infelizmente, não tinha ouvido mais nenhum partido fazer referência à necessidade de reforçarem os transportes públicos. Disse que, mais tarde sim, tinha ouvido o PCP e outros partidos dizerem que era necessário reforçar o valor do PART, para financiar aquilo que eram as necessidades de aumento de transporte no seu âmbito geográfico e no seu âmbito de frequência horária. Defendeu, contudo, que ainda não estava feito o trabalho de aumentar a oferta geográfica e a frequência horária e que atualmente a pressão sobre os transportes públicos era significativa. Referiu que se quisessem discutir a origem do problema, não deveriam cingir-se ao período da TROIKA, pois era necessário ir muito mais atrás, provavelmente mais de vinte anos, se se quisesse discutir o modelo. Salientou que na Assembleia da República quer a CDU, quer o Bloco de Esquerda e outros, estavam a tentar pôr em causa aquilo que era a concessão da Fertagus, dizendo que não deveria ser uma concessão, mas que tal situação também era discutível. Mas que dar a entender que o trabalho estava feito, não estava. Dizerem-lhe que as coisas assim estavam perfeitas, não estavam. Terminou defendendo que face àquilo que era a atual oferta de transportes públicos era uma avaliação muito crítica.

As pessoas continuavam a ter problemas, porque as carruagens que serviam a linha da Fertagus têm tido uma procura crescente e estavam quase perto dos 100% e que quando se tem uma medida que se tinha revelado de grande adesão e de grande sucesso, naturalmente que a oferta de transportes públicos teria de acompanhar. Se lhe perguntassem, se não seria necessário reforçar os transportes públicos nessa matéria, que era a prioridade nessas duas vertentes, de abrangência geográfica e frequência horária, certamente essa deveria ser a opinião maioritária. Se pretendia discutir o atual estado dos transportes públicos, dir-lhe-ia que não faria uma avaliação tão otimista tal como o fez e que nem o Ministro responsável por essa área diria isso. Parafraseando o que o Ministro disse *"foram mais de vinte anos em que não se fez o investimento necessário nos transportes públicos"*, sendo que nesses vinte anos tiveram governos do PSD e do PS e o PCP nos últimos quatro anos suportou o Orçamento de Estado. Defendeu que se lhe perguntarem se é necessário o revisionismo ou visitar o

6

passado para tentar perceber o problema, achava que atualmente o fundamental era garantir que no Orçamento de Estado houvesse a verba necessária para fazer face ao valor que estava no PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes). Afirmou que certamente não seria suficiente para satisfazer o esforço verificado nas Câmaras Municipais, o qual era brutal e gigantesco. Salientou que seria injusto que as autarquias financiassem uma medida que em termos práticos serviu para o eleitoralismo do PS. Por último, declarou que se o Sr. Vereador Manuel Pisco estava zangado com essa situação se deveria virar para a outra bancada e não para si, porque continuaria a escrever artigos e a ter essa opinião.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse não ter intenções de discutir o Orçamento de Estado, mas não poderia deixar de passar as duas intervenções. Que o transporte público era uma aposta tremenda do anterior e do atual Governo, que de forma clara ninguém punha em dúvida. Iria haver um reforço em sede de Orçamento de Estado 2020, em mais de 138 milhões de euros no PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes) e simultaneamente existiriam 15 milhões de euros no aumento da oferta, alocados ao novo programa de apoio à densificação e reforço da oferta de transporte público. Que se isto não era uma aposta nos transportes públicos, não sabia em que ilha é que vivia o Sr. Vereador Nuno Carvalho. *“Transformaram o que existia numa situação que era criticada e tal como foi referido e muito bem pelo Sr. Vereador Manuel Pisco, durante muitos anos houve um desinvestimento, sendo que o anterior e atual Governo decidiram pegar pela frente, juntamente com todas as autarquias do PS, do PSD e da CDU, chegando a um consenso, tendo criado uma proposta que servisse muito melhor as pessoas do que no passado, apesar de não ser perfeito, em que o PSD que agora criticava que seria preciso mais, na altura votou contra o PART”*. Salientou que se tratava de uma importante medida que revolucionou a forma como os cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa se relacionaram com a mobilidade. *“Existirá muito trabalho por fazer, porque nunca estará concluído e o atual Governo neste Orçamento de Estado estará a adotar mais meios para se poder melhorar”*. Defendeu que tal como tinha sido referido pelo Sr. Vereador Manuel Pisco, não era de um dia para o outro que se invertiam as decisões que foram contrárias a esta, e que teriam reflexo por muitos anos. Referiu que não via Setúbal como uma ilha na mobilidade, antes pelo contrário, que todos sabiam que adquirindo um passe por 40,00€, se conseguia ir do ponto A para o ponto B e que isso terá sido uma revolução fantástica. *“Setúbal poderia ser uma ilha, mas deixou de ser com o anterior Governo e vai continuar a aprofundar esta relação intermunicipal com o atual Governo”*.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que estava preocupado pela falta de conhecimento de geografia dos vários Vereadores que usaram da palavra, visto que Setúbal é claramente uma península, daí não ter percebido a conversa quando se referiam a uma ilha. Salientou que tanto o PS como o PSD, antes de começarem a falar de transportes, deveriam pedir desculpa dez vezes aos portugueses. *“O PSD deveria pedir onze vezes e o PS dez vezes”*. Que na última Legislatura, no quadro da geringonça e por pressão que não do PS, caminharam num sentido que nunca tinham tido. Disse que a destruição dos transportes públicos em Portugal, tinha sido o resultado da ação de décadas de Governos do PS e do PSD. Que a hipótese do Passe apelidado de *“Navegante”* foi proposta do PCP há muitos anos e que não metia as Autarquias ao barulho. Disse que desde a última Legislatura houve um virar de orientação para o investimento em transportes públicos. Que esse virar teria um longo caminho a fazer, tão longo como o caminho da destruição dos transportes públicos, o que implicava tanto em tempo, como em meios e recursos. Declarou que a maioria das Verbas do Quadro Comunitário 20/30, nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, iriam para as acessibilidades e transportes, como forma de ir buscar meios e recursos para resolver problemas de novos interfaces, atravessamentos, novas estradas, meios rolantes, comboios, autocarros, etc.. Que se tratava de um processo que estava em curso, mas que, no entanto, alguém veio dizer que o processo tinha defeitos. Salientou que na realidade tinha defeitos, não era perfeito, não era isento de erros, mas era um processo completamente inverso à

desgraçada política de transportes que foi feita até este momento e que só isso já era relevante.

Destacou que quanto ao Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o mesmo tinha estado em debate público até à presente data. Que nesse debate público, tinha participado quem entendeu participar e que o Município de Setúbal tinha feito algumas notas sobre esta matéria, tendo dado o seu contributo. Disse tratar-se de um Plano novo que iria alterar toda a legislação atual sobre proteção civil e combate a incêndios, sem ter como ponto de partida um relatório base que identificasse tudo aquilo que correu bem ou que correu mal nos processos anteriores. Referiu que se tratava de um processo composto por três Relatórios, sendo que dois deles se encontravam em debate público e que havia um terceiro que se chamava “Plano de Ação”. Que o “Plano de Ação” referia onde estavam os meios, os recursos, a organização. Aludiu ao fato do “Plano de Ação” não existir e que aquilo que tinha sido transmitido é que iria existindo e que iria ser discutido caso a caso, com cada município, por cada região metropolitana e por isso andavam “à pesca, à linha”. Disse que tudo aquilo os deixava muito preocupados, porque precisavam de uma intervenção mais consistente no combate aos fogos rurais e aquilo que existia era muito no ar. Referenciou que havia princípios genéricos muito interessantes, que havia linhas de pensamento interessantes e tecnicamente bem elaboradas sobre estas matérias, mas que quando se tratava de fazer e como fazer, não havia nada, porque não havia financiamento. Salientou que quanto ao papel dos Municípios, os quais se apresentavam como os agentes locais mais determinantes no processo de combate a incêndios rurais, não foram ouvidos nem achados para a definição da estratégia e que depois se iria definir no terreno caso a caso.

Afirmou que relativamente ao cadastro das propriedades, não existia qualquer movimento sobre o mesmo, sendo que um dos principais problemas, neste momento, para o combate a incêndios e para a limpeza de terrenos eram os cadastros. Declarou que, no entanto, não havia qualquer limite de atualização de cadastros. Que sabiam que um conjunto de instituições iriam coordenar o processo a nível nacional, mas que os Municípios ficariam de fora e que esse processo nacional também iria dirigir o processo local. Que existia toda uma preocupação com o êxodo rural e com as zonas abandonadas, mas que não havia uma linha sobre a articulação deste plano com o repovoamento, com a legislação relativa aos solos, com o ordenamento agrícola. Esclareceu que o dito Plano definia o patamar supramunicipal, como um patamar decisivo, as CIM - Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas, mas em simultâneo não criava nenhuma estrutura e eliminava a estrutura distrital, que sempre ia funcionando enquanto não houvesse outra alternativa. Que no caso de Lisboa, o que estava previsto era uma Autoridade Metropolitana, que não existia de todo, nem nunca sequer tinha sido discutida. Transmitiu que Setúbal tinha enviado um Ofício para a Área Metropolitana a solicitar um debate sobre esse assunto e que nem sequer responderam. As CIM - Comunidades Intermunicipais não tinham qualquer estrutura. A estrutura municipal atualmente eram os desautorizados comandos distritais, que não existiam na Lei, que se mantinham até haver outra realidade. Disse tratar-se de uma situação anómala e que os preocupava de sobremaneira. Informou que no país, o investimento em proteção e socorro andava nos 70% por parte dos Municípios e 30% por parte do Estado. Informou que os Municípios da Península de Setúbal investiram cerca de dez milhões no seu todo, dos quais três milhões eram do Estado. Afirmou que os Agentes locais decisivos, que tinham os meios, os recursos e que estavam no terreno não tinham sido ouvidos sobre as soluções. Que em nenhuma circunstância tinha sido tido em conta a experiência dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios existentes, nem os planos de emergência e proteção civil de cada um dos Municípios, nem os planos municipais de emergência. Expôs que existia uma construção mais ou menos celestial, a qual se esperava pudesse vir a dar qualquer coisa no terreno. Que havia, contudo, uma situação que certamente iriam ter presente, apesar da confusão e apesar das alterações legislativas, ou seja, “que todos os Municípios estariam cá, para tratar de que era preciso tratar”. Defendeu serem precisas duas coisas essenciais, mais meios e recursos para intervir melhor, que era uma coisa que não se sabia quando viria. Defendeu que se precisava de acabar com a criminalização e a responsabilização dos

Municípios pela limpeza que deveria ser efetuada pelos privados, em situações de territórios para desmatar, despenalizando os Presidentes de Câmara à cabeça e a respetiva administração, impedindo que houvesse represálias com retenção de verbas do Estado, para os Municípios que não limpassem de acordo com a Lei. Disse tratar-se de uma matéria em que todos estariam de acordo que desaparecesse, incluindo o próprio Ministro, mas que na realidade ninguém ainda tinha alterado. Esclareceu que na atual Lei se houvesse algum problema decorrente da não limpeza adequada de uma mata de um privado, da qual pudesse resultar algum acidente mortal, o responsável seria sempre o Presidente da Câmara. Defendeu, pois, que era necessário resolver os problemas que estavam embrulhados, numa linha profunda de desresponsabilização, que deixavam os Municípios sem meios e sem recursos adequados e mantinham esta canga sobre os Municípios. Por último, disse que tinham analisado outros Pareceres de outros Municípios e Instituições os quais iam todos no mesmo sentido, de *“muita parra e pouca uva”*, ou seja, que ficava tudo na mesma a não ser um ligeiro crescimento da confusão.

Sr. Vice-Presidente – Relativamente ao tema do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes), disse que o Sr. Vereador Nuno Carvalho tinha publicado um Artigo de Opinião decorrente do debate que estava a ocorrer na Assembleia da República. E que não iria supor que o Sr. Vereador tivesse em tão pouca conta a sua própria opinião, mas que a sua opinião deveria refletir os dados que tinha. Disse que seria bom que não exagerasse nas suas próprias autocomiserações, ao escrever em opinião que o PART estava a espremer os utentes. Saliu que importava fundamentar a sua opinião dizendo que se estava numa ilha e pior do que antes. Afirmou que quando referiu os dados na sua intervenção anterior, não tinha emitido opinião, apenas se tinha limitado aos números e factos que constavam nos Relatórios, os quais iriam ser amplamente divulgados proximamente. Transmitiu que o PSD tinha votado contra o PART, tal como tinha sido muito bem lembrado. Que também se lembravam que tinha sido o seu atual líder Rui Rio, que o tinha colocado na Assembleia da República, naquilo que o senhor não queria, porque o Sr. Vereador não queria sair de Setúbal. Que o seu líder tinha feito uma campanha a dizer que o PART era uma vergonha e que não iria servir todos os portugueses. Disse não perceber a razão pela qual o Sr. Vereador estava agora a defender com todo esse *“arreganho”*, pois não tinha propriedade para o fazer. Que quando o Sr. Vereador tinha referido que estava a defender o Orçamento, poderia fazê-lo, mas estava-se a apropriar das causas e defesas do PCP, ou seja, que estavam 420 milhões de euros em 2019, porque o PCP persistiu, mas não se ouviu o PSD pedir mais dinheiro. Referiu assim que o PSD inicialmente combateu, depois desvalorizou e agora queria assumir e açambarcar as causas, as posições e as defesas do PCP. *“O Sr. Vereador, por acaso questionou de onde tinha vindo a proposta, se da bancada do PSD ou se tinha vindo da bancada do PCP?”* Por último, salientou que o Sr. Vereador era bem-vindo à causa do transporte coletivo de passageiros, mas sem roubar as causas aos outros, que por acaso até eram o seu polo antagónico.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que o Sr. Vice-Presidente não tinha pronunciado na sua intervenção a palavra *“Setúbal”* e falou genericamente na medida que se aplicava a Setúbal. Afirmou que, genericamente nesses debates, já os tinha dito e estava totalmente disponível para responder por ele. Reparou no que os outros Senhores Deputados falavam ou não de outros partidos, mas não iria entrar naquele tipo de comentário, porque aquele tipo de debate não era o mais indicado para aquele espaço. Declarou por isso que não sabia que tipo de debate o Sr. Vereador procurava ter. *“Se fosse sobre Setúbal, sobre o Concelho de Setúbal ou sobre o Município de Setúbal, como já tinha referido várias vezes, já teriam de olhar seriamente para a questão da sustentabilidade da rede de transportes públicos”*. Saliu que todos deveriam olhar de uma forma séria para os números, tal como o Sr. Vereador tinha mencionado e como ele próprio também tinha mencionado no seu Artigo de Opinião e que depois poderiam divergir ou convergir nas políticas, qualquer partido ali representando, naturalmente que queria olhar com seriedade para aquela situação. Que

h

relativamente ao Município de Setúbal, a questão mais preocupante estava relacionada com o financiamento para garantir a sustentabilidade e a melhoria daquela medida. Por último, disse que o Sr. Vereador não se deveria esquecer daquele ponto em futuras intervenções nem nas passadas, porque achava que isso seria o mais importante.

Sra. Presidente – Disse que era evidente que tudo aquilo que o Sr. Vereador escrevia acerca da nossa Península dizia respeito ao nosso Concelho. Que, portanto, um Artigo de Opinião vindo a público a falar da nossa ilha era a ilha deles. Continuando, referiu que como queriam sempre voltar para a ilha, porque era a ilha deles, tinham que fazer alguns comentários em relação a isso. Transmitiu que gostaria que essas coisas não ficassem impunes, porque, senão, passavam com um ar de santos, com uma auréola em cima e que só lhes faltavam umas asinhas. Lembrou os Municípios de Setúbal que tinha sido o PSD que tinha feito com que acabasse o comboio da Fertagus que vinha de Lisboa para Setúbal, o qual ficava em Coina, parava ali e chegava, *“porque achavam que isto era mesmo uma ilha. Não era preciso um comboio, chegava um barco”*. Que tinha sido o PSD que tinha tirado os comboios aos Municípios de Setúbal. Que não se esquecessem disso, porque as pessoas, às vezes, tinham memória curta. Recordou, ainda, que era naquele PART, naquela conciliação da Área Metropolitana de Lisboa, que congregava 18 Municípios, que tudo isso ia sair reforçado. Salientou ainda que faltava dinheiro para o material circulante, como tinham dito desde o início. Que tinham assinado o Passe Navegante e que todos estavam a pagar. Que o Governo não era nenhum santinho, ou seja, que saía com uma auréola, mas que a Área Metropolitana de Lisboa tinha tido o condão de conseguir unir todos os Municípios, que se tinham chegado à frente para pagar, do seu erário público, do seu dinheiro, aquilo que os Municípios não pagavam à operadora. Disse que não era o Governo que pagava, dando somente uma contrapartida e que eles pagavam o grosso da questão, os 18 Municípios, sem exceção: PSD, Independentes, PS e CDU, todos estavam a pagar - e bem -, aos seus Municípios, esse passe. Que em relação ao material circulante, tinha dito o Sr. Vereador Paulo Lopes - e queria acreditar nele - que estava no Orçamento de Estado um reforço para o material circulante. Porém, como estavam todos escaldados, só acreditavam depois de ver se o Ministro Centeno não fazia ali uma cativação, como era habitual. Que a preocupação deles era ver se isso acontecia.

Passando para a área da proteção civil, e em relação aos fogos florestais, fazia questão de relembrar que era bom que as pessoas que escreviam umas opiniões nas redes sociais acerca disso, se informassem previamente - porque, normalmente, isso não lhes interessava nada -, designadamente em relação àquilo que tinha sido acabado de dizer pelo Vereador Carlos Rabaçal, relativamente a tantas matérias onde faltava regulamentação.

Deu como exemplo, em relação à área da habitação social, que grassavam a complexidade e a confusão relativamente a 14 diplomas. Diziam ter sido os paladinos do Primeiro Direito, mas que na realidade não havia dinheiro para o Primeiro Direito, ou seja, que mandavam os interessados ir aos bancos endividar-se. Que era o que diziam naqueles 14 decretos-lei. Em contrapartida, que tinha saído a Lei de Bases da Habitação, a dizer que quem era responsável era o Estado, de acordo com a Constituição, e o Estado que pagasse e que fizesse. Continuando, referiu que podia ter alguma abertura, como já fazia no passado, em relação aos Municípios, quando saía com Programas e punha os Municípios também a pagarem uma parte e que era disso que estavam à espera. Que não havia regulamentação e, enquanto não houvesse regulamentação, que navegassem nessa confusão.

Em relação aos fogos florestais, naquilo que dizia respeito a alguma luz ao fundo do túnel relativamente à regulamentação, não havia meios. Que se amanhassem, que tomassem conta, que eles punham os seus *“boys”* e *“girls”* a falar nas redes sociais acerca daquilo que não sabiam, a dizer que eles eram os paladinos da proteção das populações, no que dizia respeito aos fogos florestais. Disse ser assim que se trabalhava no partido do Governo, era assim que eles trabalhavam. Que não havia indicação nenhuma quanto aos meios e à maneira de fazer as coisas. Defendeu por isso a necessidade da descriminalização em relação aos Municípios quando os Privados não cumprissem as datas para a limpeza de

4

zonas florestais, até porque em relação ao Estado, que era a maior parte da área do material combustível, ninguém o multava. Deu como exemplo, o fato de não ser limpo o Parque Natural da Arrábida, referindo que caso acontecesse um incêndio, ele não estava limpo. Que havia locais que não tinham dono, que eram do ICNF, que não eram limpos. “*Quem é que multa o Ministério do Ambiente ou o ICNF?*”. Prosseguiu, perguntando, que é que acontecia quando o Ministro levava 2 anos para os atender, em relação à proteção civil, já que estavam a falar em fogos florestais. Que se estava a falar em proteção civil, em proteção dos cidadãos. Voltou a questionar sobre o que acontecia quando um Ministro não respeitava um Autarca, não tinha a educação de receber um Autarca. Saliu que um Ministro, era nomeado, e que um Autarca, era eleito. Informou que Sr. Ministro da Administração Interna não recebia um Autarca ou que recebia por pressão do Sr. Primeiro-Ministro, passados 2 anos. Que tinham lá ido estava a fazer precisamente um ano, em fevereiro de 2019, e que se estava em fevereiro de 2020. Que às questões que tinham colocado em matéria de proteção civil, havia um ano - estavam a falar de fogos florestais -, o Senhor Ministro tinha dito que iam dar resposta. Saliu que era para que se soubesse que havia um ano que não tinham resposta do mesmo Ministro, no que dizia respeito à proteção das populações e à preocupação que se devia ter com as pessoas. Terminou referindo que naquele caso, que ficasse bem expresso que o Sr. Ministro da Administração Interna, se estava nas tintas para os Setubalenses.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha saído na comunicação social, decorrente de uma apresentação daquele plano que tinha sido feita pela AGIF no IPS, que alguém tinha dito que era necessário fazer o Plano de Pormenor da Arrábida para a defender. Disse que, um plano de pormenor, no léxico urbanístico, era um plano de pormenor feito pela Câmara ou feito com a participação da Câmara, mas que no caso da Arrábida, não se estava a falar de um plano de pormenor urbanístico, mas antes de um Plano Especial de Defesa da Floresta. Que tinha sido isso que tinha sido proposto. Informou que tinha sido colocada esse problema à AGIF e que esta lhes tinha dito que a Arrábida era mesmo muito importante - aliás, para eles era prioritária - e, quando questionados acerca do que iam fazer, tinham dito que tinham que ver. Que tinha sido assim que as coisas se tinham passado. Que era só para tirar isso a limpo, porque a ideia do plano de pormenor parecia indicar que a Câmara estaria em falta ao não ter feito ainda o Plano de Pormenor da Arrábida, que era uma propriedade privada e, ainda por cima, era gerida pelo Parque Natural da Arrábida. Que era só para esclarecer isso, porque essa ideia andava por aí, nas redes sociais, ou seja, que se tratava unicamente de um Plano Especial de Defesa contra os incêndios rurais da Serra da Arrábida.

Em relação à limpeza de terrenos e à responsabilidade dos Municípios, a informação de que se não limpassem podiam ser penalizados num corte de 20 por cento das transferências do Estado, ou, então, se houvesse acidentes graves, podiam ser incriminados. Saliu que o que se pedia era uma coisa muito simples, em vez de estar lá a dizer que os Municípios deviam limpar os terrenos que os privados não limpassem, porque, por responsabilidade, analisavam os terrenos não limpos que eram realmente perigosos e limpavam-nos. Assumiam a limpeza, multavam-nos e iam faturar os custos dessa limpeza àqueles que eram realmente perigosos. Os que não tinham relevância do ponto de vista da defesa da floresta não valia a pena limpar. Os Municípios poderem limpar punha do lado dos Municípios a avaliação do risco e a possibilidade de o fazerem. Que os Municípios terem que limpar todo e qualquer terreno era um disparate absolutamente monumental, que, depois, vinha associado a uma linha de castigo dos Municípios se não o fizessem. Por último, defendeu que tal situação era ridícula, do ponto de vista interinstitucional e da relação entre o Governo e os Municípios.

Sra. Presidente – Disse que, relativamente à Comenda, tinham constatado que da primeira reunião, nada tinha acontecido com os representantes dos proprietários sobretudo acerca do que se tinham comprometido, que tinha sido a viabilidade dos trilhos. Que tinha sido elaborado um Protocolo em relação à Comenda, em que se tinha rejeitado imediatamente a utilização só por mais um ano, mais precisamente, durante o ano de 2020. Que também se tinham comprometido a deixar utilizar publicamente o parque de estacionamento da Praia de

4

Albarquel e que, qual não tinha sido o espanto, o parque de estacionamento tinha sido todo lavrado por uma máquina. Informou que foi imediatamente inteirar-se do que tinha acontecido. Que em relação ao Parque da Comenda, os proprietários mantinham o fecho para setembro do corrente ano e que quanto aos trilhos só se pusessem uma espécie de portagens, se tivessem funcionários no terreno a tomar conta das pessoas que iam utilizar os trilhos. *“É claro que a Câmara não tem condições para ser olheira, ou os fiscais daquele território”*. Que perante aquela situação, tinham feito um ultimato de imediato à Seven Properties, de que iriam proceder à expropriação do Parque da Comenda e do parque de estacionamento da Albarquel, porque a não utilização daquele parque de estacionamento ia condicionar muito a utilização da praia, pois, mesmo que na época balnear se fizesse um vaivém, isso condicionaria sempre muito. Comparou a situação da Figueirinha onde havia estacionamento mais o vaivém, enquanto ali só haveria o vaivém, porque o estacionamento era praticamente quase inexistente. Informou que, entretanto, tinha sido efetuada uma reunião. Que foi acordada a elaboração de um Protocolo e a promessa dos proprietários de que iriam repor tudo como estava. Que no dia seguinte, tinha sido mandado pelo Município um Protocolo para a gestão dessas três áreas e que ainda não tinha sido obtida qualquer resposta. Disse que se continuasse o silêncio, iriam proceder como tinha sido dito. Que não era segredo, porque tinham decidido proceder à expropriação da zona de estacionamento - tinha que se fazer um destaque - e da zona da Comenda. Quanto aos trilhos, afirmou que não haveria expropriação, pois o Município esperava que o bom senso imperasse, porque havia legislação que permitia a utilização dos trilhos e que ela tinha sido mostrada pela segunda vez, ou seja, que se encontrava plasmada em decretos e em portarias a utilização dos trilhos, desde que devidamente identificados. Por último, afirmou que embora, na reunião, tivesse havido disponibilidade para o acordo, ainda estavam a aguardar, não havendo resposta.

Sr. Vice-Presidente – Disse que queria falar de um assunto muito importante para Setúbal, que tinha a sua história e podia ter o seu futuro mais bem enquadrado. Tinha a ver com a questão do estacionamento na Arrábida, com a questão da dificuldade agora encontrada com a questão do parque de estacionamento de Albarquel, tinha que ver com o excelentíssimo trabalho que tinha sido feito com o Programa *“Arrábida sem Carros”*, com a ordenação da circulação. Que tinham tido ali uma batalha durante 2 anos, pelo menos, não sem que chegasse ao fim e também os opositores deles - que não do PSD, mas do Partido Socialista - se viessem apropriar das medidas como sendo proposta sua. E que também se tinha verificado isso, mais do lado do PS. Que em relação aos lídimos defensores da liberdade selvagem, desordenada, que tinham combatido acerrimamente o Programa *“Arrábida sem Carros”*, estava curioso de ver esses lídimos defensores da liberdade desordenada e esses impolutos e impolutas Cidadãos, que se opunham a tudo o que era ordenamento da vida social, virem, agora, combater a Baixa de Lisboa sem carros. Queria saber o que iam dizer. *“O que é iam fazer do Chiado e da Baixa? Retirar os automóveis? Nenhum automóvel, nem os poucos que entravam. Com mais de 15 anos não entrava lá nenhum. Era tudo com autocarros elétricos a circular, acabava o transporte individual na baixa, no miolo, no centro, no coração da capital do país. Queria ver, agora, o combate do Partido Socialista. Estavam ansiosamente à espera das posições críticas e combativas deles contra a Baixa de Lisboa, o miolo, o centro da capital, sem carros. Queria ver o combate deles”*. Que toda a gente sabia, que tinham sido dois anos de Campanha contra o Programa *“Arrábida sem Carros”*. Referiu por outro lado, a Serra de Sintra com governo socialista. Que a Câmara de Sintra tinha recebido, de boa vontade, logo à primeira, a gestão florestal. Que atualmente, a maioria de Sintra, do PS, dizia, em qualquer lado, que tinham recebido 700 hectares de Serra sem um centavo e que estavam aflitos. Disse que não queriam que lhes acontecesse o mesmo, ficarem com a mesma aflição para na Arrábida. Defendeu por isso que seria melhor que comesse a compreender também o combate melhor - porque nunca se tinham disposto a compreendê-lo -, mormente sobre o despejo dos custos fingindo que era delegações e descentralizações de responsabilidades. Que o País não podia ficar altamente prejudicado

com esse processo e que, individualmente, todos eles tinham responsabilidade nisso. Por último, reiterou o pedido de que explicassem, depois, o problema da Baixa sem carros.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, com certeza, os camaradas e amigos de Lisboa do Sr. Vereador iriam explicar, partindo do pressuposto que iam votar favoravelmente a medida, ou contra, não sabia. Iam aguardar por essa medida.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 22 de janeiro de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, não tendo havido discussão sobre a mesma.

2. Deliberação n.º 39/20 – Proposta n.º 015/2020 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Orçamento da Receita, 2.ª ao Plano de Atividades Municipais e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 5 e 6, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

3. Deliberação n.º 40/20 – Proposta n.º 016/2020 – DAF – Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2020

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 7 a 9, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

4. Deliberação n.º 41/20 – Proposta n.º 01/2020 – DCIRT/DIPRIC – Celebração de protocolo de cooperação entre o Município de Setúbal e o Município de Cricova / República da Moldova

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.º 10 e 11, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

5. Deliberação n.º 42/20 – Proposta n.º 02/2020 – DURB/DIPU/GAP – Abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 12 e 13.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que consideravam que, a ser aprovado, aquele plano seria um dos pontos altos do mandato, porque ia condicionar e estruturar, em termos estratégicos, todo o investimento do concelho de Setúbal para os próximos anos. Que o atual plano tinha sido aprovado em 1994, já tinha 26 anos e estava completamente desfasado daquilo que eram as realidades do concelho, da região, do país e do mundo. Portanto, era fundamental que aquele plano fosse aprovado, pois já levava, pelo menos, 16 anos de atraso, porque, como sabiam, teria só uma vigência de 10 anos.

O processo de revisão daquele plano não tinha sido um caminho fácil e tinha-se prolongado demasiado no tempo. Tinha tido um início pouco convincente e tinha ganho outro dinamismo quando os serviços técnicos da Câmara assumiram a condução do processo. Em 2004/2005, quando se iniciou o processo, tinha havido alguns anos em que o processo tinha estado entregue a uma entidade externa e as coisas não avançavam. Portanto, viam com bons olhos e saudavam os técnicos da equipa técnica que, internamente, com as limitações que teriam, tinham conseguido levar a cabo aquele documento, que era estrutural e estratégico e da maior importância para o concelho.

Esperavam que a aprovação daquele plano permitisse, acima de tudo, o desenvolvimento sustentável que todos ambicionavam, ou seja, ligar o investimento à qualidade de vida dos munícipes. Era por isso que se batiam ali, todos os dias, todos os autarcas.

Como ainda existia um longo percurso, sem estar a arranjar grandes subterfúgios - o processo tinha-lhes sido entregue havia 3 ou 4 dias e ninguém analisava um processo daquela densidade e importância em 3 ou 4 dias -, o Partido Socialista iria abster-se, para, depois, se poder pronunciar com maior assertividade e objetividade sobre o plano que ia ser colocado à discussão pública.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que enviava uma saudação pelo trabalho realizado. Aquele era um documento fundamental para o desenvolvimento do concelho. Não tínhamos muitos instrumentos legais que tivessem a importância transversal que aquele tinha, pelo impacto que podia vir a ter, do ponto de vista económico, social e outros, mais técnicos, relacionados com a área urbanística e outros afins.

Como era evidente, não se queria alongar muito, porque teriam tempo para o poder discutir e para o próprio PSD poder propor as suas ideias sobre aquele documento, esperando que, se isso não fosse uma necessidade, melhor ainda, era sinal de que já tinha vindo como gostariam de o ter.

No período que tinha mediado entre a apresentação aos vereadores da oposição e a reunião da Câmara não tinha havido tempo para o analisar como devia ser. Teriam essa oportunidade no período de discussão pública, para que, o processo voltando ali, pudessem antes ou nesse momento, apresentar as propostas deles nessa matéria.

Pelo menos uma coisa era certa, seria uma discussão pública profícua, porque o esforço que estava em cima da mesa demonstrava que o documento tinha muito para discutir e tinha muito para o futuro do Setúbal.

Portanto, o PSD também teria uma posição de abstenção, pelas razões apresentadas. Esperavam poder participar de uma forma positiva no debate que daí adviria.

Sr. Vice-Presidente – Disse que tomava como boa a apresentação de qualidade e de importância do documento que a bancada do Partido Socialista e o PSD tinham feito. Era, de facto, um documento-chave, que tinha tido uns condicionamentos pela dificuldade de gestão

6

dos instrumentos de planeamento do país, com sucessivos governos a alterarem sucessivamente os planos de ordenamento de cariz superior que condicionavam os outros. Escolher o momento em que pudesse passar um plano desses era um momento chave.

Daí quase o apelo ao dever de responsabilidade do Governo que estava em funções, que ia ter que apreciar na altura em que a discussão pública se concluísse e ia ter que dar o nó final nesse documento. Que lhes não viessem com algumas coisas que já lhes tinham acontecido no passado, como aquela história: *“Estamos no início do mandato, vamos rever este ou aquele plano de enquadramento, vamos rever com outra dimensão e vamos esperar um bocadinho.”*

Esperava que isso não acontecesse. Por aquilo que tinha ouvido das duas bancadas, estava quase a criar a ilusão de que, desta vez, iriam ter uma posição conseqüente com a posição inicial, mas não, tinham ficado os dois pela abstenção. Nem sequer concordavam em remeter aquele documento para discussão pública.

Só tinha uma observação a fazer. Tinha feito bem em observar que era um momento alto na vida da cidade e lembrava-lhe que quem não se associasse aos momentos altos da vida da cidade ficaria a voar baixinho.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que tinham justificado a razão da abstenção com a dificuldade em analisar em 3 dias um documento com a importância que aquele documento tinha. Portanto, por aí, não havia qualquer questão a levantar.

Aliás, todos tinham interesse em deixar de ser uma ilha e pertencer ao mundo global. O Partido Socialista também queria que isso acontecesse.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se queria associar à importância e à relevância da concretização daquele momento, da ida para debate público. Era uma peça decisiva, que ia eliminar constrangimentos fundamentais para o desenvolvimento do nosso município.

Estranhava que não houvesse um entusiasmo da oposição quanto ao lançamento do debate público ao ponto de se absterem. Em boa verdade, podiam todos dizer que estavam entusiasmadíssimos com o PDM mas que não iam pô-lo em debate público. Era uma oposição fantástica.

Aquele documento ultrapassava muito essas jogadas políticas. Estava muito acima disso tudo e iria demonstrá-lo. Iria tornar pequenino quem não estava a olhar para a dimensão que aquele documento tinha para o concelho, porque o debate público iria permitir colocá-lo com os parâmetros adequados, complementando o trabalho notável que já tinha sido feito pelas equipas que nele tinham trabalhado, a quem agradecia imenso.

Além disso, permitia, também, desenvolver outros planos complementares, para áreas específicas, que tinham que ter aquele enquadramento, sem ele não seria possível irem mais longe. Portanto, tinham um instrumento de desenvolvimento do concelho e tinham a abstenção da oposição, como sempre.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, depois da intervenção do Vereador Carlos Rabaçal, que tinha dado a entender que estavam a abster-se do debate público, queria dizer que a CDU, em 1994, se tinha absterido na proposta da ida do plano para a discussão pública. Não estavam a abster-se num plano imaginário, era sobre uma proposta de um plano em concreto.

O senhor vereador tinha obrigação de conhecer o plano de trás para a frente e eles tinham-no recebido havia 3 ou 4 dias, ainda nem sequer o tinham em papel. Ainda não sabiam quando o iriam ter em papel, mas seria, presumivelmente, naquela semana. Tinha-lhes sido dada uma “pen” com planos de grande formato, com 2,5 gigabytes de informação.

Portanto, estavam a ter a atitude que era normal de uma oposição responsável, que era nem votar contra, nem votar favoravelmente um documento que não conheciam profundamente, como o senhor vereador conhecia, porque tinha essa obrigação. Não estavam a formar nenhum juízo de valor sobre o plano, estavam a deixar em aberto para a discussão pública.



Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que aquele documento era extremamente importante para a cidade, era extremamente importante que tivesse sido apresentado e a sua importância era, talvez, igual ou maior que a sua dimensão e os dias que tinham passado não lhe tinham permitido analisá-lo. O que interessava era a sua aprovação final e quantas vezes já tinha ouvido que não valia a pena estar a discutir algumas propostas em detalhe, porque iam para discussão pública e iriam ter oportunidade de as discutir.

Portanto, se, eventualmente, discordassem em alguma coisa ou na totalidade, ficar-se-ia a saber, porque, no momento em que isso se proporcionasse seria um momento em que já teriam tido oportunidade de o analisar e de propor positivamente para o mesmo. Não se podia tentar transformar isso noutra coisa qualquer só porque havia um voto que, de facto, era um voto coerente, face àquilo que tinha sido o período entre a apresentação do documento e o tempo útil para a votação para que fosse apresentado à discussão pública. Se, eventualmente, queriam que o PSD se vinculasse à apresentação do documento para discussão pública, estavam um bocado confundidos quanto ao papel de cada um. Esperava que o documento tivesse, efetivamente, o melhor trabalho possível e esperava ter tempo para o fazer. Se, eventualmente, se queria uma decisão final naquele momento, a concertação também teria que ter sido feita com eles e isso não tinha sido pedido.

Não deviam criar um facto sobre aquilo que não existia. Cada um tinha o seu papel na história e esse papel também não era do Vereador Rabaçal, nem era do Vereador Manuel Pisco, era do PDM. Se corresse tudo bem seria fantástico, teriam sido eles que tinham estado na governação e ficariam com essa “medalha.”

Tentar transformar isso noutra coisa qualquer, se calhar, já era vício da oposição, mas, ali, a CDU é que tinha essa responsabilidade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que era só para dizer que o título da proposta dizia “*Abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal*”, não dizia “*Aprovação dos conteúdos do Plano Diretor Municipal de Setúbal.*” Era só isso que era pedido, abertura do período de discussão, mais nada.

Os senhores vereadores já estavam a pronunciar-se sobre o plano e não tinham que se pronunciar, era só sobre a abertura. Portanto, estavam, claramente, com reservas acerca de um processo essencial para o desenvolvimento do concelho. Tinha sido sempre assim, não conhecia nenhum momento relevante para o concelho em que a oposição tivesse votado a favor.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Disse que era para reafirmar a observação que o Vereador Carlos Rabaçal tinha feito, considerando natural aquela constatação do posicionamento político do PSD e do PS na reunião, porque aquela proposta do PDM que punham a discussão pública - como tinha ficado vincado na intervenção da Sra. Presidente -, não era apenas um documento técnico, era um documento político e era um documento estratégico para o desenvolvimento do concelho.

Como sabiam e tinha sido notório em sucessivas reuniões de Câmara, o PS e o PSD não tinham um projeto de desenvolvimento para o concelho. Portanto, estavam desconfiados e tinham medo de, publicamente, demonstrar a concordância - pelo menos numa fase de abertura de processo de discussão - com aquilo que era a visão estratégica da CDU para o concelho, que tinha vindo a ser aprovada e reprovada pelas populações de Setúbal e de Azeitão.

Tinham ali, naquele momento, naquela quase meta final daquele longo processo, um momento alto e de grande valor. Era natural, era um jogo político, tinha daquelas coisas.

Sr. Vereador Manuel Pisco – Disse que a discussão ainda estava para sair, não podiam votar o ânimo da discussão que ainda estava por fazer. Falava só para não ceder à tentação de se confessar pecador naquela questão da abstenção. Admitia, perfeitamente, que no início e no final se deviam ter absterido no PDM de 1994, mas recordava que também se tinham justificado, em concreto, de algumas razões, porque - com 2 dias ou um dia ou meio-dia -

tinham avaliado esse plano e uma das coisas que estava em causa era a falta de estacionamento na área de construção prevista, que nunca acompanhava a construção. A outra coisa era a questão das possibilidades das viabilidades que havia das mudanças do uso do solo, que era uma questão polémica que, depois, veio a ter, ao longo da gestão desse plano, resultados que coincidiam com as prevenções que tinham feito. Lembrava-se que tinham uma posição sobre isso.

Não era que estivesse a criticar, aceitava a posição deles, para que, no final, pudessem dizer que não tinha sido conduzido por eles, não tinham conduzido o plano e, portanto, não os podiam responsabilizar politicamente pela sua aprovação. Estavam à espera disso, porque também acreditava que não iriam ter a coragem de votar contra. Queria acreditar nisso, mas já o tinham surpreendido vezes bastantes. Não iriam ter a coragem de votar contra, mas também não poderiam aprovar. Sabiam que era assim.

Naquela questão, simples, de lançar a discussão em 30 dias, tinham que ir observar o que é que lá estava. Não era tudo farinha do mesmo saco. Recordava-se que tinham votado a abstenção, mas tinham dito porquê, em concreto.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que, em resposta ao Vereador Ricardo, percebia o problema político. Não pertenciam aos mesmos partidos políticos, era natural que houvesse desconfiança. O que tinha havido tinha sido falta de capacidade de analisar o documento e no final, se tivessem que votar contra, fariam como faziam em tudo, com responsabilidade.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, para memória futura, tinha ali a ata do dia 15 de julho de 1993, onde tinha ocorrido aquela mesma discussão do primeiro PDM, e o Sr. Vereador Hilário Cabaço, depois de uma leitura, tinha rematado dizendo sobre o seu sentido de voto, que tinha sido de abstenção: *“É o que me oferece dizer sobre este plano, dada a escassez de tempo nos foi proporcionada para análise do mesmo.”*

Era só isso que queria dizer, que aquilo que estavam a acusar o PS e o PSD de fazer, os senhores da CDU tinham feito havia 27 anos atrás. Se calhar com razão, depois de analisado o documento tinham tido uma determinada votação - por acaso, até tinha sido contra - e, obviamente, tinham votado da forma como tinham entendido, tal como eles iriam fazer.

Sra. Presidente – Disse que queria que ficasse registada a seguinte intervenção:

“Penso que a “pen” foi para vós na quinta-feira passada. Mesmo que tenha ido na sexta, foram cinco dias. Só estou a repor a verdade. É que os senhores dizem 2 ou 3 dias. Vamos lá a repor a verdade, começa por aí. É só para repor a verdade, senão parece que receberam aquilo há 2 ou 3 dias. Não, foi o dobro.

Depois, tiveram connosco uma sessão de esclarecimento. Já tínhamos tido aqui há uns tempos atrás, agora houve outra sessão de esclarecimento. Também não houve perguntas nessa sessão de esclarecimento, perguntas após ou perguntas mais profundas. Houve perguntas mais pontuais, só pelo Vereador Paulo Lopes, que é o que conhece mais da área. Os outros não conhecem da área, há matéria para estudar.

Dessa altura até aqui, zero. Houve um livro que foi apresentado na outra apresentação - passe a redundância - há meses. Um livro que foi apresentado, não houve estudo algum. Portanto, agora vir dizer “2 ou 3 dias...Então deitaram fora o outro livro? Não há a curiosidade de dizer: “Mas estava lá no livro e tal, vocês não-sei-quê?” Mas, não há essa curiosidade?

Depois, a “pen”, já disse, já foi o dobro do tempo daquilo que vocês estão aqui a apregoar. Depois, se estamos numa coisa destas, não há sábados nem domingos, amigos. A gente trabalha todos os dias. Como estamos nestas funções, temos que trabalhar ao sábado e ao domingo. Tinham tempo para ler.

Em relação ao papel, mesmo ao papel propriamente dito, há aqui umas coisas assim. Nós não tivemos tempo, nem vamos reproduzir aqueles mapas, como podem imaginar, mas estão à vossa disposição. Estão aqui - tem ali a Paula -, para vocês se porem aqui um dia, dois, o tempo que quiserem. Ah, pois, porque não vamos tirar fotocópias daquilo. Portanto, é só para informar que está à vossa disposição.

Para terminar, que fique registado que, de facto, hoje não estamos a aprovar aqui o PDM. Estamos a aprovar dar o pontapé de saída para ele ir para a discussão e parece que esta abstenção é assim: “Quero lá saber se vai para a discussão ou não vai para a discussão.” É que isto é que é interessante: “Quero lá saber se vai para a discussão ou não vai para a discussão. Tanto me faz se vai para cima se vai para baixo.” Uma abstenção depois da discussão, “quero lá saber se a quinta fica com não-sei-quanto de área construída ou se fica com não-sei-quanto de área para construir” - só estou a dar um exemplo -, ainda vá que não vá. Agora, uma abstenção “quero lá saber se vai para a discussão ou não” é que é interessante. É que não estamos a discutir uma coisa qualquer.

É só para as pessoas perceberem a importância, realmente, de uma maioria absoluta. O desenvolvimento desta terra aconteceu porque aconteceu uma maioria estável e absoluta, na Assembleia Municipal e na reunião da Câmara, para as pessoas terem noção disto. E isto, hoje, é outra vez fulcral, para não estarmos aqui numa espécie de mendigar, como se estivéssemos a mendigar: “Veja lá, será que pode ser? Será que não pode ser? Isto é tão importante para o Município, será que pode ser? Será que não pode ser?”

Mas nós não utilizámos de forma usurpadora nem arrogante a nossa maioria absoluta. Nós conversámos convosco. Aqui há muitos meses atrás, demos um livro sobre o PDM. Zero, sobre esse livro. Se calhar, nem tiveram tempo de o ler, porque trabalham. Já lá vão muitos meses, zero. Não utilizámos a maioria absoluta de forma arrogante nem prepotente. Felizmente que a temos, para, hoje, que não estudaram coisa nenhuma, depois deste tempo todo, nós podermos estar a ter esta conversa.

Ainda bem que a temos, para não termos que mendigar: “Autorizem lá a discussão”, porque, a mendigar: “Vejam lá, autorizem lá a discussão.” Ainda bem que a população confiou nesta maioria, é a minha conclusão, porque, hoje, podemos dizer que temos a consciência tranquila de que, se não viram os mapas abertos foi porque não quiseram. Não quiseram. Não telefonaram para cá: “Não temos isto em papel, como é que fazemos?” E a gente dizia: “À semelhança dos nossos processos disciplinares, que estão aqui os processos para as pessoas poderem vir consultar, à semelhança disso, tivemos aqui o processo em mapa, em papel, do PDM. Ninguém veio consultar.

Não tiveram tempo de ver, em 2 ou 3 dias – 2 ou 3 dias, quando é mentira -, o PDM. Não tiveram tempo de estudar em meses o livro do PDM. Tivemos duas reuniões convosco, mas é tudo respeitável, tudo respeitável. Agora, não percebo é, depois disto, virem dizer: “Ah, eu abstenho-me. Depois, logo se vê.” Claro que depois logo se vê, mas essa é que deveria ser a resposta na conclusão, depois, porque já estão marcadas todas as reuniões. Em sede de freguesias, já estão marcadas as reuniões todas em sete freguesias, para irmos para a rua, para conversarmos com as pessoas, para ouvirmos das pessoas. Não estamos a impor nada, só estamos a fazer uma revisão, que, de acordo com a lei, é imperativa e já peca por tardia.

Peca por tardia, não por culpa da Câmara, mas por culpa de toda a legislação que eu aqui referi, que teve no decurso destes anos todos e que nós estivemos aflitíssimos para acabar, a correr, a correr: “Vamos acabar, vamos acabar, vamos acabar. Isto é muito mau para as pessoas, querem-se fazer fábricas, querem-se fazer estabelecimentos, querem-se fazer coisas. Querem-se recuperar casas, que as pessoas não têm condições para a sua manutenção e que, se no PDM puder haver uma abertura para pôr turismo de habitação, turismo rural, outra coisa qualquer, as pessoas podem, dessa forma, vir a reabilitar as suas casas rápido, que são quase 200 casas destas, de quintas entre Azeitão e Setúbal são quase 200 casas. Rápido, rápido, rápido, rápido.

Pararam de fazer muitas outras coisas e, mesmo assim, tinham o serviço praticamente todo em ordem. Mesmo assim, tinham o serviço, praticamente, todo em ordem. Foram notáveis e, agora: “Abstenho-me?” Obrigada, Setúbal pela maioria absoluta que nos deram. Muito obrigada, Setúbal. É só isto.

Era compreensível uma abstenção naquilo que venha a ser a decisão dos setubalenses. Compreensível. “Não estou de acordo que o parque de estacionamento seja aí,” como nós dissemos, também, naquela época. Não sei, não estava lá naquele contexto. Se se abstiveram, não sei porque é que se abstiveram. Eu, agora, sei por que é que se estão a



abster, porque, “agora, remetemos para a discussão.” Então, mas estamos-nos a abster numa coisa. O que estamos a aprovar é o ir para a discussão, não é a discussão, porque ela ainda não foi feita, é o ir para a discussão, dizendo que “não é do nosso conhecimento.” Isto tem que ficar registado em ata, o que eu acabei de dizer, no discurso direto.”

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Disse que queria que ficasse registada a seguinte intervenção:

“Senhora Presidente, também em discurso direto, dizer-lhe o seguinte: Eu tenho toda a legitimidade para apreciar o trabalho da oposição, tenho toda a legitimidade para apreciar o seu trabalho e, aquilo que nós dedicamos, ou não, e a forma como nós nos apresentamos, ou não, sobre cada uma das respostas. Portanto, naturalmente que sabe que eu não preciso de dizer que discordo da forma como avalia isto.

Mas, também, devo-lhe dizer que é estranho discutirmos e dedicarmos mais tempo à metodologia de cada partido do que, propriamente, ao documento em si. E, também, digo-lhe, não era preciso dedicar muito tempo ao documento, porque ele já foi e tem vindo a ser falado durante diversos momentos. É verdade e há-de ser e há-de continuar a vir a ser falado.

Mas, digo-lhe uma coisa, muito mais importante, de longe muito mais importante do que aquilo que os senhores quiseram fazer, que é tentar tornar isto num caso político e que fique isto registado. Os senhores quiseram tentar, de alguma forma - que é só essa a única maneira que eu tenho como compreender a vossa posição -, separar aqui as águas daquilo que é a posição do PSD e também do PS, face à vossa.

Não precisa de se preocupar, as águas estão separadas. O documento é da vossa responsabilidade, como é evidente, não é da minha. Eu não mandei fazer livros, eu não andei a reunir com associações e espero que os senhores tenham feito um excelente trabalho. A seu devido tempo dir-lhe-ei. A seu devido tempo, o tempo não é agora.

E, portanto, eu acho que a forma de tentar transformar isto numa coisa que não é, cada um fará a sua avaliação, mas, com certeza, que nada tem a ver com eleições, com certeza que nada tem a ver com o método de trabalho de cada partido. Tem a ver com uma coisa muito mais importante, que é o que isto representa para o concelho de Setúbal. Isso é o que está em causa, não é o resto.”

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

6. Deliberação n.º 43/20 – Proposta n.º 03/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de exceder velocidade máxima de 30Km/h na Rua Joaquim Moreira

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 14 a 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 44/20 – Proposta n.º 04/2020 – DURB/DIMOT – Sinalização vertical de proibição de exceder velocidade máxima de 30Km/h NA Rua Bairro dos Tesos

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 17 a 19, não tendo havido discussão sobre a mesma.



A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 45/20 – Proposta n.º 02/2020 – GAF - Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a União das Freguesias de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião - Transferências de verbas

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 20, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 46/20 – Proposta n.º 03/2020 – GAF - Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia do Sado

A Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 47/20 – Proposta n.º 04/2020 – GAF - Aditamento à proposta 2A/GAF/2017 – Contrato interadministrativo entre o Município de Setúbal e as Freguesias do Concelho

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 22, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 48/20 – Proposta n.º 05/2020 – GAF - Aditamento à proposta 01-A/GAF/2017 – Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

12. Deliberação n.º 49/20 – Proposta n.º 06/2020 – GAF - Aditamento à proposta 1A/GAF/2017 - Acordo de execução entre o Município de Setúbal e a Freguesia de Azeitão, a Freguesia de S. Sebastião, a Freguesia do Sado e a União das Freguesias de Setúbal

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 50/20 – Proposta n.º 01/2020 – SMPCB – Atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 51/20 – Proposta n.º 09/2020 – DOM – CP40/16 – Contrato de Empreitada de “Obras de Prevenção de cheias – Regularização do troço final da Ribeira do Livramento” – Reposição do equilíbrio financeiro por agravamento dos custos na realização da obra. Ratificação do Despacho n.º 14/2020/GAP, de 29 de janeiro

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.º 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 52/20 – Proposta n.º 10/2020 – DCDJ/DISOC – Associação Centro Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 28 e 29, não tendo havido discussão.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 53/20 – Proposta n.º 11/2020 – DCDJ/DISOC – Alteração ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação Cristã da Mocidade

A Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 30 e 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 54/20 – Proposta n.º 12/2020 – DCDJ/DICUL – AMATEATRO – Mostra de Teatro Amador de Setúbal – 2.ª edição

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 55/20 – Proposta n.º 13/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio à Associação de Acordeonistas de Portugal

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 33, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 56/20 – Proposta n.º 14/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro à Associação de Saúde Mental Dr. Fernando Ilharco – Projeto PensarTeatro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 34 e 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 57/20 – Proposta n.º 15/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a 50 Cuts – Associação Cinematográfica

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 36 e 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



21. Deliberação n.º 58/20 – Proposta n.º 16/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural Casa Invisível

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 38 e 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 59/20 – Proposta n.º 17/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo Festival Internacional de Teatro de Setúbal – Festa do Teatro

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 40 e 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 60/20 – Proposta n.º 18/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolo entre o Município de Setúbal e a Associação Il Sorpasso Deliberação n.º 59/20 –

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente Ata sob os registos n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 61/20 – Proposta n.º 19/2020 – DCDJ/DIBIM – Apoio à Associação Cultural Sebastião da Gama

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente Ata sob o registo n.º 44.

Sr. Vereador Paulo Lopes – Disse que, ao contrário das outras propostas, que estavam suportadas em protocolos ou em planos de atividade, aquela proposta era muito vaga. Por isso, queria pedir ao senhor vereador se lhes podia fazer chegar o elenco das atividades às quais se destinavam aqueles 20 mil euros.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) Período destinado à intervenção do Público

Sr. Altino Dias Teixeira – Disse que tinha cá vindo havia 30 e tal anos e tinha dito que Setúbal tinha tudo para ser uma terra com muito futuro, porque era bonita e estava bem situada. Tinha feito um investimento e, agora, estava a tentar defendê-lo. Setúbal tinha a

Arrábida, tinha o mar, tinha o peixe, tinha tudo. Tinha investido e não estava arrependido. Tinha gostado muito de ter cá estado e agora ia-se embora.

Sra. Presidente – Disse que o munícipe já tinha sido atendido – e bem - pelo Urbanismo e iria continuar a ser, sempre que precisasse.

Sr. Augusto Cruz – Disse que o país estava completamente desorganizado politicamente. Andávamos às escuras. Que as Águas do Sado atropelavam a lei, como tinha acontecido a um amigo seu, a quem queriam cobrar uma deslocação infrutífera. A proteção jurídica era um meio para uma justiça acessível. Éramos vítimas de governantes sem nível. Os portugueses eram mansos demais e os partidos eram o reflexo do país. As pessoas eram ignorantes e, por isso, abusavam delas.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e trinta e oito minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,

Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2020, por unanimidade, contém 22 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes
Aldora Poeira
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio